

PROJETO DE LEI Nº , DE 2003

(Do Sr. Bispo Wanderval)

Determina às instituições financeiras comunicar ao avalista ou fiador o atraso de pagamento do devedor principal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam as instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil obrigadas a enviar ao fiador, avalista ou qualquer garantidor de contrato de crédito, solidário ou não, cópia dos avisos de cobrança de débito em atraso, bem como a informá-los periodicamente sobre o valor dos pagamentos em atraso e dos encargos contratuais e legais sobre eles incidentes.

Art. 2º A infração ao disposto nesta lei sujeita as instituições financeiras às penas constantes do art. 44 da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 3º Esta lei entra em vigor após decorridos 30 (trinta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O presente projeto de lei tem por objetivo preservar o avalista de títulos e o fiador ou garantidor de contratos de créditos perante as instituições financeiras, dando-lhes informações tempestivas sobre a não liquidação dos valores garantidos, para que possam instar o devedor principal a cumprir suas obrigações ou, alternativamente, preparar-se para efetuar o pagamento em nome deste.

Atualmente, o garantidor só é acionado pela instituição financeira quando o título já foi protestado ou o contrato, em razão do atraso das prestações, já se encontra totalmente vencido, e a dívida tornou-se impagável, pelo acréscimo de multas, juros, encargos moratórios, honorários advocatícios e outros acessórios.

Tomando conhecimento da situação já no limite pouco pode fazer o garantidor, seja para pressionar o devedor a atualizar os pagamentos seja para, em lugar dele, regularizar o crédito.

Acreditamos que, embora possa constituir encargo adicional à administração do crédito, a medida contribuirá certamente para a adimplência dos contratos e redução do risco e, por consequência, para a expansão do crédito e a redução da taxa de juros.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares a contribuição e o apoio para o aperfeiçoamento e aprovação do presente projeto de lei

Sala das Sessões, em de de 2003 .

Deputado Bispo Wanderval